

O PORTO NA TRANSIÇÃO PARA O SISTEMA ECONÓMICO CONTEMPORÂNEO

(Do 1.º para o 2.º quartel do Século XIX)

por Armando Castro

Introdução

Poderá suscitar alguma perplexidade que numa reunião tendo em vista estudar «O PORTO NA ÉPOCA MODERNA» se escolha para tema da análise um enquadramento cronológico que, como sucede na presente comunicação, se situa entre o primeiro e o segundo quartel do século XIX e portanto verdadeiramente já para além da fronteira temporal da observação.

Tal circunstância exige um esclarecimento prévio.

Examinar uma situação de transição histórica como esta significa que nos vamos debruçar sobre uma autêntica placa giratória em que se verificaram modificações estruturais na economia e na sociedade portuguesa. Porém uma realidade deste tipo pode ser examinada de acordo com dois vectores de sentido contrário, perfeitamente válidos em história como em qualquer outra disciplina. Podemos colocar efectivamente o acento tónico no estudo dessa situação segundo uma óptica retrospectiva, recolhendo as eventuais indicações que é susceptível de fornecer acerca dos processos históricos que nela confluíram, ajudando assim a entender o período anterior, que é neste caso o Porto da época moderna. Trata-se afinal da aplicação dum método científico que não tem nada de inédito, o método de explicação do inferior pelo superior¹.

É igualmente possível concentrar a atenção tendo em vista recolher indicações que ajudem a compreender o desenvolvimento

¹ A natureza do método de explicação do inferior pelo superior nos referimos já muito de passagem em «Teoria do Conhecimento Científico — Introdução — A Teoria Científica do Conhecimento», vol I, Ed. Limiar, p. 201 e na «História Económica de Portugal» — vol. I, «Introdução», Ed. Caminho, p. 134.

ulterior dessa realidade, constituindo assim uma representação de ordem dinâmica prospectiva, a qual constitui de resto o escopo mais geral da investigação histórica. Nesta segunda hipótese considerar-se-ia a região do Porto entre os começos e cerca de meados do século passado tendo em vista arrancar algumas linhas explicativas do papel que lhe coube no afeiçoamento posterior, sobretudo quanto à génese da contemporaneidade que chegou até aos nossos dias.

É claro que tendo na necessária consideração o tema central do presente Colóquio procurar-se-á perspectivar a análise sobretudo de harmonia com o primeiro desses dois vectores.

A segunda observação que importa registar desde já refere-se à problemática económico-social que pretendemos trazer à consideração dos estudiosos. Trata-se duma observação que tentará fundamentalmente considerar o lugar relativo do Porto e da sua zona de influência imediata no conjunto da vida nacional, esforçando-se por arrancar da sua estrutura e dinâmica económicas mais gerais algumas indicações que permitam aceder quer às suas características nos fins do antigo regime quer aos principais traços específicos das transformações conducentes à liquidação das velhas estruturas multi-seculares e ao nascimento da sociedade contemporânea, tudo isto em função do papel da economia portuense no todo nacional.

No entanto isto levanta um conjunto de questões para as quais pouco mais poderemos do que colocar problemas e suscitar interrogações em vez de oferecer soluções acabadas. É um trabalho que não foi ainda considerado sistematicamente, como é natural, crescendo ainda que a sua dilucidação exige a mobilização dum vasto conjunto de parâmetros não só regionais como ainda com uma dimensão cobrindo todo o país e abrangendo mesmo a situação de Portugal no conjunto das relações internacionais.

Limitar-nos-emos portanto a avançar com algumas linhas de investigação, cerzindo dados parciais disponíveis e colocando as interpretações que julgámos viáveis através dum conjunto de hipóteses susceptíveis de exploração ulterior.

Supõe-se aliás que um dos sentidos mais enriquecedores da investigação se situa precisamente neste âmbito da problematização, abrindo algumas avenidas que futuros investigadores poderão explorar, na hipótese, evidentemente, dessas linhas resistirem às indispensáveis críticas.

O Porto na divisão do trabalho industrial do País

Não sendo aqui obviamente imaginável cobrir todos os aspectos fulcrais da actividade económica na cidade do Porto que se ligam ao seu lugar desde finais do antigo regime

afim de compreendermos também a sua posição relativa nessa situação, na sua dupla dimensão quantitativa e qualitativa na transição histórica dos finais do século XVIII para a dealbar no século imediato, consideraremos no sector produtivo somente as actividades industriais dado o lugar estratégico que historicamente lhe pertence, seja qual for o grau do seu atraso de desenvolvimento.

É certamente muito difícil tomar estatisticamente o pulso a este fenómeno dado o carácter insuficiente e cheio de lacunas dos dados que chegaram até nós, desde o «Inquérito Industrial» de 1788, e passando pelo de 1814, até ao de 1852, para não falar sequer nas tentativas de estudiosos isolados afim de avaliar os vários planos quantitativos dessas actividades.

Mas com esta prevenção podemos muito sinteticamente admitir que a zona do Porto oferece em confronto com a outra zona principal de desenvolvimento industrial, a de Lisboa, um certo número de características próprias; algumas delas apresentam-se até significativamente de sinal contrário, o que tem algum interesse afim de se compreender o fenómeno posterior operando no sentido do alargamento do desnível e o progressivo atraso relativo da área portuense face à de Lisboa. Tal subdesenvolvimento regional relativo mergulha com efeito as suas raízes nessa época relativamente recuada, se bem que haja que considerar ainda outros factores.

É claro que até meados do século passado falar em «indústria» significa mencionar instalações officinais, actividades artesanais de índole doméstica e instalações manufactureiras que podendo por vezes chegar a empregar centenas de trabalhadores, no entanto não dispunham de maquinismos nem da força motriz do vapor, ao mesmo tempo que nas próprias unidades manufactureiras uma parte das operações laborais era desempenhada por trabalhadores que trabalhavam nas suas casas de forma isolada e dispersa. É ainda evidente que embora existissem vários centros com um relevo superior à média geral do país, deles sobressaindo a textil dos lanifícios em Portalegre, Covilhã Fundão, facilitaremos o exame considerando a dinâmica industrial do Porto em confronto com a da zona de Lisboa.

Ora, se pelo último quartel do século de setecentos os níveis quantitativo e qualitativo não seriam muito diferentes nas duas regiões, vamos verificar uma tendência de especialização interna que se caracteriza pela progressiva especialização do Porto em certas indústrias ligeiras, sobretudo a têxtil algodoeira após uma primeira fase de indefinição, ao mesmo tempo que na área da capital tendem a implantar-se as indústrias mais importantes, a que segundo um critério histórico chamaríamos «indústrias de ponta», bem como algumas indústrias ligeiras mas com grande importância nessa altura, como foi a do tabaco, pois a unidade principal funcionava no Sul.

Entre 1750 e 1788 teriam surgido no país doze instalações da têxtil algodoeira, quatro das quais em Lisboa e nenhuma no Porto. A situação transforma-se depois, posto que até dentro da segunda da metade do século XIX se não possa detectar uma especialização significativa do Porto e da região Guimarães-Braga neste sector; quanto ao fabrico de meias teriam surgido dezanove instalações na região de Lisboa, uma no Porto e mais trinta e duas dispersas por outras regiões; fundaram-se ainda dezoito tinturarias seis das quais em Lisboa, três na Covilhã e nenhuma no Porto².

O período posterior a 1805/1806 e 1808/1810 vai conhecer perturbações ligadas às invasões francesas e às imposições britânicas (abertura dos portos brasileiros e tratado comercial reafirmando a dominância inglesa manifestando-se no lugar que foi imposto ao País na divisão internacional do trabalho nesta época). Basta recordar a tal propósito que o comércio externo havia deixado um «superavit» de cerca de 3 360 contos no ano de 1796 mas que em 1819 já apresentava um «deficit» da ordem de 3 600, ao mesmo tempo que as exportações caíam de 16 000 para uns 11 291 contos e que os ingleses colocavam em Portugal na primeira daquelas datas 2 816 contos de produtos têxteis mas na segunda, vinte e dois anos mais tarde, já nos vendiam 4 430... E se ao lado de tudo isto colocarmos as perturbações políticas suscitadas pela Revolução de 1820, a contra-revolução posterior e a guerra civil de 1832/34, facilmente se compreende que só depois e com o triunfo político burguês fosse possível relançar a incipiente «industrialização», apoiada na pauta «semi-protectorista» de Passos Manuel, começando a surgir novas instalações industriais na década de «40», instalando-se as primeiras máquinas e recorrendo-se à energia do vapor.

Porém esta transformação vai operar-se com um «retardamento» crescente da zona do Porto em confronto com a de Lisboa, criando e ampliando um desequilíbrio antes inexistente ou pelo menos pouco sensível. Não surpreende por isso que um cálculo de 1844 admitisse que o montante dos salários semanais pagos na zona de Lisboa atingisse 40 contos, não passando de 16 na área portuense restando uns 8 contos para todo o resto do País. Mesmo na têxtil algodoeira, que se viria a regionalizar no Norte, por meados do século passado, ainda é no Sul que se instalam máquinas a vapor mais modernas³.

As indústrias de tecnologia mais moderna tendem também a erguer-se na área de Lisboa — na Exposição de 1849 é aí que se indicam actividades como as de fabrico de ácido sulfúrico e de construção de carruagens.

² Na «Relação das Fábricas de 1788».

³ Um Ex-Deputado amigo da indústria do seu país, «Análise do Tratado de Commercio e Navegação de 3-7-1842 entre Portugal e a Grã-Bretanha», 1844.

Aliás não salientou há já anos Joel Serrão que de 186 instalações industriais existentes no Porto no ano de 1845 somente 4 utilizavam a energia do vapor, 16 a animal e hidráulica, recorrendo 166 apenas à força braçal do homem, quando existiam mais 26 máquinas a vapor implantadas na sua quase totalidade na área da capital⁴?

É pois certamente uma evolução processando-se ao longo da segunda metade do século passado que explica a especialização industrial secundária, com um dos seus eixos centrais na têxtil algodoeira (a despeito da sua ineludível importância económico-histórica) tal como a hoje conhecemos: pelo montante da produção o distrito do Porto concentra 44,7 % do total, ao passo que no distrito de Lisboa essa percentagem não passa de 1,1 excepto no ramo das malhas em que os dois distritos quase partilham entre si dois terços do total⁵...

Isto chama todavia a atenção para o facto de não nos interessar tanto observar a evolução histórica para interpretar o presente pelo passado a partir do primeiro meio século de oitocentos mas antes aquilo que a este propósito a época contemporânea deveu às estruturas do antigo regime.

Ora na segunda parte do século de setecentos, este desnível não sendo digno de nota, acontecia ainda que simultaneamente existiam traços próprios da região portuense dando-lhe então possibilidades duma expansão económico-social mais acentuada do que qualquer outra. Em ligação com a economia industrial deve acentuar-se o facto de ser mais forte no Porto a livre capacidade de iniciativa pessoal do empresário do que sucedia noutras regiões do país e particularmente na de Lisboa. Eis outro fenómeno que merece ser investigado.

Na verdade não encontramos na região nortenha instalações de expressão significativa gozando de monopólios impostos coercitivamente pelo Estado. Pelo contrário, predominava aqui a livre iniciativa do empresário portador de capitais, o que constituía o elemento susceptível de revolucionar mais profundamente as estruturas dominantes, permitindo a expansão e o reforço da livre iniciativa privada, a via histórica então aberta a um progresso económico, social e político acelerante.

É certo, sem dúvida, que depois do governo do Marquês de Pombal, ao longo dos últimos vinte e três anos do século XVIII, este fenómeno vai acentuar-se por toda a parte, passando mesmo do Estado para particulares muitas instalações industriais (calcularam-se umas vinte entre 1750 e 1788, em regra após 1777). Porém na região portuense o controlo de instalações pelo Estado

⁴ Joel Serrão, «A Indústria Portuense em 1830», no «Bulletin d'Études Historiques», n.º 1, Lisbonne, 1953.

⁵ Situação reportada a 1977, segundo a «Estatística Industrial» do Instituto Nacional de Estatística.

ou a sua concessão em monopólio imposto pelo poder público não assumiam uma implantação significativa. E tanto é assim que «A Relação das Fábricas de 1788» informa existirem então vinte unidades com privilégio exclusivo, seis das quais em Lisboa e três no Porto.

Ora este fenómeno é importante não só no seu alcance estrutural interno à própria actividade industrial efectiva e potencial como ainda no que respeita ao sistema económico-social no seu conjunto. Diz-nos inclusive que a burguesia portuense dispunha duma particular capacidade de movimentação, com campos de investimento mais largos do que em qualquer outra região do País, incluindo mesmo talvez na região da capital. Por seu turno isto constituía ainda um dos elementos explicativos da sua especial capacidade de luta pelos interesses próprios, que jogavam no sentido da libertação das peias feudais, do aligeiramento tributário, do protecçionismo alfandegário e do ataque ao domínio britânico sobre a nossa economia.

Semelhante situação, que concentra dados estruturais vindos do antigo regime, vai manifestar-se precisamente com particular clareza na altura da sua liquidação entre o primeiro e o segundo quartel do século XIX.

É a este respeito sugestivo o exemplo fornecido por um comerciante e industrial portuense proprietário duma «fábrica de estampania e tecidos de algodão» por volta de 1814; dirigindo-se às Cortes de 1821, em opúsculo por ele próprio editado para distribuição gratuita, reivindicava o aligeiramento dos encargos, o fomento das exportações e medidas protecçionistas para a indústria, incluindo falicidades na aquisição de maquinaria e matérias primas e o melhoramento da qualidade dos tecidos⁶.

Findo o período das convulsões políticas violentas, vemos a burguesia industrial portuense a reivindicar insistentemente medidas necessárias à sua expansão, como sucedeu por exemplo entre 1836 e 1840: em 22 de Agosto de 1836 os «proprietários e mestres das Fábricas de Tecidos e demais Artistas da Cidade do Porto» dirigiram-se à Rainha D. Maria II; reclamavam medidas protecçionistas, congratulando-se com o facto de «estar extinto o fatal Tratado de 1810» e sublinhavam a necessidade de se proteger e fomentar a actividade industrial a bem da economia geral, o que faria crescer o consumo de bens, expandindo-se o mercado interno. Com o objectivo de sublinhar o peso destas reivindicações acentuava o jornal portuense que as inseria que a exposição fora assinada por 147 proprietários e mestres de tecidos declarando empregar 5 230 pessoas, por 35 mestres latoeiros declarando ocupar 187 pessoas, 19 mestres corrieiros

⁶ F. G. V. A. (Francisco Gomes Velloso de Azevedo), «Projecto de Melhoramento dos tres importantissimos esteios da Felicidade do Estado Portuguez, Artes, Manufacturas e Commercio...», Lisboa, 1821.

ocupando 58 indivíduos, 20 proprietários e mestres de oficinas de chapéus aformando dar emprego a 112 pessoas; a reclamação teria ainda sido subscrita por 49 mestres marceneiros que afirmaram ocupar 228 pessoas, prefazendo um total geral de 6 085 indivíduos⁷. Por seu turno em 8 de Fevereiro e em 12 de Agosto de 1840, a «Associação Artista Portuense» representava junto das «Cortes de 1839» em nome dos proprietários e mestres das fábricas de manufactura de algodão e seda da cidade do Porto insistindo e medidas proteccionistas semelhantes — diziam — às que justamente se tomavam para defesa da agricultura, dificultando-se a entrada de cereais estrangeiros; salientavam mesmo que já não existam as circunstâncias que originaram os «tratados de 1661 e de 1810 que impunham a vontade da Inglaterra» e reclamavam a elevação dos direitos de importação dos tecidos estrangeiros⁸.

Contudo, como de resto se verifica desta rápida referência, a actividade industrial de iniciativa particular constituía nesta época histórica mais um campo potencial dependente de complexos factores condicionantes internos e externos do que uma esfera central da dinâmica económico-social imediata comandada pelos seus próprios parâmetros internos.

A força principal em que confluíam as linhas evolutivas vindas dos últimos decénios do antigo regime que ruiam com determinadas especificidades históricas quando a burguesia levou a cabo a sua revolução económica, social e política entre 1820 e 1834, completada pelas medidas posteriores no sentido da sua estabilização postas em marcha na década de «40», estava certamente na acção do capital comercial e das suas aplicações financeiras.

Sendo assim, pergunta-se, qual a posição relativa da burguesia mercantil da região do Porto no contexto nacional?

É o que também vamos tentar auscultar muito rapidamente.

A burguesia mercantil portuense no processo histórico do País

Se sopesarmos as estruturas mercantis e as actividades financeiras na região que nos vem prendendo a atenção verificamos sem sombra de dúvida que nas dezenas de anos terminais do antigo regime, e mesmo durante a primeira metade do século XIX, ainda predomina aí uma burguesia de dimensão

⁷ «Noticiador Commercial Portuense», terça-feira, 4 de Outubro de 1836.

⁸ «Representação dirigida às Cortes de 1839...» e aos «Senhores Deputados da Nação Portugueza...», Porto, 1849, Typ. de Faria & Silva, R. de Santo António, 76.

pequena e média, ao mesmo tempo que quando abre o segundo quartel do século de oitocentos se estará provavelmente a firmar uma faixa de grande burguesia mercantil e bancária, com interesses naturalmente algo divergentes daquela.

Por outro lado importa considerar a burguesia mercantil-industrial ou exclusivamente industrial, prestar atenção ao seu sector ligado aos interesses agrários e a comerciante integrada nas relações com a Grã-Bretanha. Não é esta última certamente que luta pelo protecçãoismo, pelo embaratecimento dos géneros agrícolas e que se opõe activamente à predominância inglesa no nosso país... Em compensação o primeiro destes sectores alimenta posições económicas e políticas menos conservadoras reveladas na «Revolução de Setembro» e na «Patuleia».

Duma maneira geral a actividade mercantil, tanto ligada às relações externas (com destaque para as transacções com o Brasil e com a Inglaterra) como movendo-se no mercado interno, expande-se ao longo do século XVIII, em cujo período final se observa ainda um certo desenvolvimento da actividade agrícola. Deixaremos aqui em aberto um conjunto de questões como sucede com o papel do capital comercial portuense na sua actividade central de intercâmbio da região norte com o exterior e a própria penetração desse capital na agricultura: qual a projecção por exemplo das aquisições de propriedades e a real transferência dos bens Nacionais sitos no Norte aquém de 1834? Como se desenvolveu — outro caso — a penetração capitalista na agricultura, nomeadamente através do meio que se iria revelar importantíssimo algumas dezenas de anos depois com os empréstimos que implicaram verdadeiramente a transferência da renda da terra para o capital comercial e bancário?

Prestando atenção apenas ao capital comercial nas suas actividades próprias mais representativas notar-se-á que a expansão portuense se acelera na segunda metade do século XVIII, a despeito da política de Pombal orientada no sentido de entregar em particular as transacções com o Brasil a um número restrito de mercadores privelegiando-os através de grandes companhias monopolistas. Todavia não deixa de ser assinalável por exemplo o facto de 36 homens de negócios da cidade do Porto terem solicitado em 18 de Outubro de 1761 ao monarca a concessão de autorização para armarem à sua custa duas fragatas destinadas a comboiar os navios viajando entre o Porto e o Brasil e a obtenção de privilégios de que gozava a «Companhia de Pernambuco» tendo sido autorizados a armar à sua custa esses dois vasos de guerra⁹.

Ilustra-o também o próprio crescimento urbano testemunhado por diversos autores, muito embora os seus depoimentos careçam de certas reservas, como sucede com o Padre Rebelo

⁹ Alvará Régio de 24 de Novembro de 1761.

da Costa e Adrien Balbi: o primeiro ao afirmar que a população teria crescido na cidade de 20 737 habitantes em 1732 para 63 505 em 1787, embora sustentando (contra um seu crítico) que teria havido uma certa estagnação após 1785 e ao atribuir significativamente o progresso que assiná-la ao facto de o Porto ter na barra do Douro o fulcro do comércio de Viana, Vila do Conde, Aveiro e outros portos; o segundo informando que entre 1785 e 1822 se teriam construído mais de 2 000 casas na cidade de harmonia com dados colhidos em António Alvarez Ribeiro. É ainda o mesmo Balbi que afirma a propósito da têxtil algodoeira um facto que documenta um aspecto já assinalado — tanto no Porto como em Coimbra existiram pequenas fiações de algodão pertencentes a particulares, embora realizassem um fabrico totalmente manual¹⁰.

Quanto à posição portuense face à capital no comércio externo pode aquilatar-se através dos rendimentos alfandegários: por exemplo, de Julho de 1837 a Julho de 1838, e em números redondos, os rendimentos da alfândega do Porto subiram a 1 335 862 mil réis contra 1 473 364 mil réis da alfândega de Lisboa (acrescidos de 828 789 mil réis provenientes da alfândega das Sete Casas).

No entanto verificamos que o centro da navegação marítima portuense, seu autêntico pulmão económico com o exterior, era também controlado pela marinha estrangeira. Tomando a esmo um dado particular verificamos que em 18-7-1836 estavam surtos no Douro 63 navios nacionais e 51 estrangeiros. Contudo os primeiros eram fundamentalmente de cabotagem ao longo da costa, como se poderá admitir do facto de 19 deles provirem de portos portugueses (38 do Continente e 1 da Madeira), tendo apenas 4 chegado do estrangeiro, posto que — aspecto significativo — 19 tinham chegado de portos brasileiros. Mas em contrapartida os 51 barcos não-portugueses provinham de portos estrangeiros, sendo 26 deles de bandeira inglesa e 5 brasileira.

Não se poderá todavia deixar de notar que o panorama geral que se traçou pelos finais do século XVIII e começos do seguinte se iria alterar após o triunfo político da burguesia, em 1834, uma vez que essa vitória permitiu a afirmação crescente do capital mercantil, penetrando mesmo na actividade financeira, reforçando concretamente a sua posição com a fundação duma instituição bancária local. Mantendo a orientação no sentido de ilustrar as interpretações avançadas com alguns acontecimentos históricos donde aliás essas interpretações são evidentemente extraídas, recordemos que a fase inicial do sis-

¹⁰ Padre Agostinho Rebelo da Costa, «Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto», 1788, Ed. Livraria Progredior, em especial pp. 77-78 e Adrien Balbi, «Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve», 1822, Rey et Gravier, em particular volume II, pp. 213-219.

tema bancário auxilia a compreender as questões que se têm colocado.

É assim que a fundação do «Banco de Lisboa» em regime de exclusivo no ano de 1822 se liga fundamentalmente aos interesses da burguesia lisboeta, ao mesmo tempo que a erecção da sua filial no Porto com a história dos apoios em meios metálicos à sede em ocasiões diversas de dificuldades, documenta não só o predomínio dos interesses comerciais-financeiros do Sul como também a relativa importância de que se revestia o capital comercial nortenho.

Mas é sobretudo o episódio ligado à criação do primeiro banco na cidade do Porto, em 1835, que revela a força da burguesia local, uma vez que o «Banco Commercial do Porto» foi erguido contra o exclusivo legalmente reconhecido ao banco da capital e a despeito da sua resistência. O próprio presidente da direcção da instituição bancária portuense haveria de relatar na assembleia geral de 30-12-1836 as necessidades da praça da Cidade no sentido de dispôr dum estabelecimento que concedesse crédito a longo prazo e as dificuldades que os comerciantes que tomaram a iniciativa da sua fundação iriam enfrentar para o pôr de pé¹¹.

Na perspectiva dos interesses sectoriais próprios dos diversos extractos da burguesia portuense, bem como as respectivas diferenças de desenvolvimento em cotejo com Lisboa, poderiam ilustrar-se em muitos outros aspectos. Bastará invocar dois deles. O primeiro será o facto da extinção da «C.^a Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro» em 30-5-1834 — uma companhia que não interessava directamente ao pequeno produtor e ao pequeno comerciante (recordemos os acontecimentos verificados na cidade em Fevereiro de 1757 e a violenta repressão que se seguiu) — não ter resistido aos interesses contrários, vindo a ser restabelecida em 22 de Maio de 1838.

Outro episódio revelador da circunstância de não obstante a pequena e média burguesia ter na região do Porto uma expressão relativa mais vasta do que na zona de Lisboa isso não significar todavia que mesmo no norte a camada da grande burguesia não avançasse, encontrámo-lo na confrontação entre a direcção do «Banco Commercial do Porto» e a «Junta» patuleia da Cidade. Efectivamente em 17 de Janeiro de 1847 a «Junta Provisória do Governo Supremo do Reino», invocando a eventual aproximação das tropas inimigas, impôs ao Banco um empréstimo forçado de 200 contos; a direcção opôs-se e ao fim e ao cabo apenas foram entregues 67 037\$000. Vencido o movimento «patuleia» a direcção do Banco dirigiu às Cortes, em Março de 1848, uma

¹¹ Discurso de Francisco Joaquim Maya no «Noticiador Commercial Portuense», de 4-4-1837; aliás a bibliografia dedicada aos primeiros bancos portugueses e às suas vicissitudes posteriores é relativamente abundante.

exposição documentada afirmando que tinha sido vítima dum empréstimo forçado com fortes cominações, pedindo compensações para a verba extorquida. É provável que o acto em si suscitasse resistência independentemente do tipo das simpatias políticas dos dirigentes e representantes principais da instituição bancária. Mas sabendo-se por um lado que não consta ter aquele organismo facilitado a acção da «Junta» e por outro que os ingleses viram a pretensão do empréstimo com grande desconfiança (como todo o movimento revolucionário, aliás, levando à sua intervenção militar), conforme já transparece da carta do cônsul britânico na Cidade, Edwin J. Johnston de 15 de Abril de 1847 e que sendo credores provavelmente receariam uma bancarrota em consequência da revolta, então compreende-se melhor como isto já traduz uma clivagem entre uma burguesia mais radical, de tipo setembrista, e uma burguesia mais conservadora movendo-se no grande comércio e na actividade bancária no interior da própria região portuense¹².

Um ou dois exemplos concretos sublinharão também a tendência já invocada para o desfasamento crescente entre a importância relativa do grande capital mercantil e bancário lisboeta (dentro dos particularismos históricos da época como seria ocioso salientar) em cotejo com o do Porto. Seja um deles a circunstância de exactamente na altura do lançamento das novas estruturas económicas capitalistas já surgirem no Sul com maior projecção os agrupamentos de capital sob a forma de sociedades anónimas. Enquanto no Porto pouco mais haveria do que o seu banco, em meados de 1841 já podemos observar as cotações das acções dum punhado de sociedades anónimas da capital: «Banco de Lisboa», «C.^a das Lezírias do Tejo e Sado», «Seguros Fidelidade», «C.^a das Pescarias Lisbonenses» (que se dedicava à pesca na Terra Nova), «C.^a dos Vapores do Tejo», «C.^a Omnibus» e «Louças»¹³. O que não quer dizer que os capitalistas nortenhos ignorassem o interesse desta forma de organização — um editorial de 1837 do órgão dos comerciantes portugueses salientava precisamente os «benefícios do Governo Representativo» conduzindo ao estabelecimento de companhias e sociedades por acções, citando o que se passava na capital com o «Banco de Lisboa», a «C.^a de Pescarias Lisbonense», a «C.^a de Seguros Fidelidade» e a «C.^a Omnibus»¹⁴.

¹² Respectivamente «Representação do Banco Commercial do Porto de 15 de Março de 1848 aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa», carta do cônsul britânico no Porto no «Livro Azul da Correspondência Relativa aos Negócios de Portugal — traduzido do inglês», Lisboa 1847, p. 274; ver ainda a referência de D. João de Azevedo, «Os dous dias d'Outubro ou a História da Prerrogativa», Porto, 1848, pp. 101-102.

¹³ Podem conhecer-se as cotações que então atingiam todos estes títulos consultando-se alguns jornais da época, como por exemplo «A Revolução de Setembro» de 1-7-1841.

¹⁴ No «Noticiador Commercial Portuense» de 14-2-1837.

Outro aspecto que assume aliás um significado muito especial, refere-se à circunstância de a actividade especulativa privada ligada às finanças públicas (e em especial às diversas emissões de empréstimos do Estado) beneficiar provavelmente muito mais largamente o capital dos agentes que se moviam em Lisboa do que no Norte. Colocamos esta questão em termos meramente hipotéticos, sendo aliás possível uma investigação que a elucide pois não faltam os elementos de informação mínimos.

Reafirmando aquilo com que se iniciou este conjunto de reflexões guiadas pela preocupação de auscultar o lugar relativo do Porto e da sua zona de influência imediata nos finais do antigo regime e na conjuntura que conduziu à sua liquidação na primeira metade do século passado, tendo ainda em conta a sua função relativa e a própria razão de ser da indiscutível acção política motora que lhe coube entre 1820 e 1847, repetimos que não há a pretensão de fornecer senão alguns dos eixos explicativos desta significativa situação histórica; a base desta orientação dirige-se a uma tentativa de problematização e de abertura de algumas pistas para pesquisas posteriores.

Mas por isso mesmo é indispensável sublinhar também as limitações do capital comercial portuense como caso regional numa situação geral em consequência do predomínio externo exprimindo-se por várias vias, como o controlo dos fluxos comerciais, através do lugar imposto a Portugal na divisão internacional do trabalho, por meio dos transportes marítimos com o estrangeiro, da pressão exercida através da dívida externa e, claro está, a gritante manifestação política de tudo isto. Este encaixe no sistema internacional criava obviamente um colete de forças à burguesia portuense tomada historicamente como um todo, posto concretamente no seu interior se polarizassem interesses divergentes que encontram eco em vários planos, nomeadamente da controvérsia entre os «proteccionistas» e os «livre-cambistas».

Se não podemos sequer enunciar todas estas questões, há que recordar ao menos que mesmo depois de consumada a «viragem» para o Portugal contemporâneo grande parte da actividade interna se conservava nas mãos de estrangeiros.

Escrevendo um pouco já para além da época limite do nosso exame, um observador estrangeiro opinava que em 1860 a situação seria até mais vincada noutras zonas do país do que na do Porto, a despeito de se conhecer a implantação britânica no principal polo económico nortenho. Escrevia de facto Charles Vogel que a burguesia portuguesa desempenhava um papel insuficiente na sua sociedade (continuava a desempenhar, diríamos nós); asseverava que em todo o Portugal, com excepção do Porto, segunda cidade do reino, a banca e os negócios, as manufacturas e todas as empresas de certa importância estavam quase

exclusivamente nas mãos de estrangeiros estabelecidos em número de muitos milhares; habitariam sobretudo em Lisboa, Porto e Funchal, sendo os mais ricos e influentes os ingleses, possuidores da maior parte dos capitais investidos nas grandes explorações do país e os principais detentores da dívida portuguesa; existiriam também numerosos franceses e alemães dispendo de instalações comerciais e industriais ou exercendo outras profissões lucrativas, seguindo-se um certo número de belgas, holandeses, italianos e outros¹⁵.

Estamos certos de que ao levantar esta problemática qualquer investigador interessado encontrará não só muitos outros aspectos de interesse meta-regional visto respeitarem às relações económico-sociais condicionantes da actividade global da sociedade portuguesa, como poderá naturalmente rectificar, completar e enriquecer aqueles que tão perfunctoriamente submetemos à vosa apreciação.

¹⁵ In «Le Portugal et ses Colonies», 1860, Paris, pp. 117-118.

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030